

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

PATRICIA CRISTIANE DE SOUZA

**Povos muçulmanos no Brasil: sim, tivemos negros que seguiam o
Islã desde período da colonização brasileira**

**São Paulo
2019**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

**Povos muçulmanos no Brasil: sim, tivemos negros que seguiam o
Islã desde período da colonização brasileira**

Patricia Cristiane de Souza

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Especialista em Cultura, Educação e
Relações Étnico-Raciais, da Escola de
Comunicação e Artes da USP - São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Silas Nogueira

São Paulo

2019

POVOS MUÇULMANOS NO BRASIL: SIM, TIVEMOS NEGROS QUE SEGUIAM O ISLÃ DESDE PERÍODO DA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA ¹

Patricia Cristiane de Souza ²

Resumo: Falar da população de origem africana é sempre muito complexo no contexto brasileiro. Tivemos um momento de total apagamento desta população, principalmente na época da escravização de pessoas oriundas do Continente Africano. Foram quase quatro séculos de coisificação destas pessoas negras³. Após 130 anos de “abolida a escravidão”, negros e negras diariamente vivenciam o racismo e o preconceito. Suas histórias, muitas vezes, são dadas de maneira vulgar e com estigmas. Então, é fundamental repensar a maneira de contar as histórias das diferentes nações africanas que foram sequestradas em solo africano e trazidas para o Continente Americano, principalmente para o Brasil. Tivemos diferentes nações escravizadas e os islamizados estavam presentes durante todo o processo de colonização, mas pouco se fala destes africanos que contribuíram para a construção deste país como nação. As questões religião, Islã, muçulmanos, negros, racismo, história e sociedade são abordadas ao longo deste trabalho para finalização da Pós-Graduação no Curso Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais.

Palavras Chave: Religião. Muçulmanos. Negros. Racismo. História.

Abstract: Speak about population of African origin is always very complex in the Brazilian context. We had a moment of total erasure of this population, especially at the time of the enslavement, when people coming from the African continent arrived in Brazil. It was almost four centuries of the blackness of these black people. After 130 years of "abolishing slavery", blacks and blacks experience racism and prejudice daily. Their stories are often given vulgarly and with stigmata. Thus, it is fundamental to rethink the way of telling the stories of the different African nations that were kidnapped on African soil and brought to the Americas, especially to Brazil. We had different enslaved nations and the Islamized were present throughout the colonization process. Despite of it, little is said of these Africans who contributed to the construction of this country as a nation. The issues as religion, Islam, Muslims, blacks, racism, history and society will be addressed throughout this work to finalize the Postgraduate Course in Culture, Education and Ethnic-Racial Relations.

Key words: Religion. Muslims. Black. Racism. Story.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais da Escola de Comunicação e Artes.

² Docente de Aprendizagem Comercial Profissional na instituição Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac SP, pós-graduada em Gestão de Projetos Sociais – Universidade Nove de Julho (2010) e Gestão e Organização de Políticas Sociais – Faculdades Metropolitanas Unidas - SP (2014).

³ Para este trabalho utilizamos a palavra NEGRO ou NEGRA para pessoas que possuem em seu fenótipo ou genótipo a miscigenação entre brancos, negros e indígenas. Segundo as referências do IBGE (2010) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) tem-se oficialmente Amarelos, Brancos, Pretos, Pardos e Indígenas.

Resumen: Hablar de la población de origen africano es siempre muy complejo en el contexto brasileño. Hemos tenido un momento de total apagado de esta población, principalmente en la época de la esclavización de personas oriundas del continente africano. Fueron casi cuatro siglos de cosificación de estas personas negras. Después de 130 años de "abolida la esclavitud", negros y negras diariamente experimentan el racismo y el prejuicio. Sus historias, muchas veces, son dadas de manera vulgar y con estigmas. Así, es fundamental repensar la manera de contar las historias de las diferentes naciones africanas que fueron secuestradas en suelo africano y traídas para el continente americano, principalmente para Brasil. Hemos tenido diferentes naciones esclavizadas y los islamizados estaban presentes durante todo el proceso de colonización, pero poco se habla de estos africanos que contribuyeron a la construcción de este país como nación. Las cuestiones, religión, islam, musulmanes, negros, racismo, historia y sociedad serán abordadas a lo largo de este trabajo para finalizar el Postgrado en el Curso Cultura, Educación y Relaciones Étnico-Raciales.

Palabras Clave: Religión. Musulmanes. Negro. Racismo. Historia.

1. INTRODUÇÃO

“Quem é você”?
 “Sou Ayaan, Filha de Hirsi, Filho de Magan” [...]

“Continue”. Diz, ela (minha avó), encarando-me.
 “E Magan, era filho de Isse”.
 “Que mais?”
 Isse era filho, de Guleid, filho de Ali, Filho de
 Wai’ays. Filho de Muhammad. Ali. Umar. Hesito
 um instante. “Osmaman. Muhamud”. Respiro
 fundo, cheio de orgulho.
 “Bah?” Pergunta minha avó. “De que grupo?” [...]

Eu me sai bem, para uma garotinha de cinco
 anos. Consegui enumerar os meus antepassados
 até trezentos anos antes.
 (ALI, 2012, p.17)

O presente artigo apresenta um breve contexto sobre a história da formação do povo brasileiro, mais especificamente, sobre de que forma principalmente brancos e negros iniciaram sua convivência e sobre como surgiu esta identidade de país ímpar de costumes. Neste percurso, descobriremos o que é essa cultura ao estudar a origem do povo brasileiro, dando especial ênfase aos povos negros que seguiam o Islã e foram trazidos forçadamente para o Brasil. No pequeno trecho que foi selecionado como epígrafe desta seção, a autora, em uma conversa com a avó, em Mogadíscio, na Somália, consegue enumerar os seus ascendentes em trezentos anos, isto quando tinha apenas cinco anos, e, uma parcela significativa dos afrodescendentes brasileiros não consegue listar sua genealogia, tudo porque grande parte dos documentos deste período da escravização de povos africanos não chegou nas mãos de seus descendentes, fazendo com que suas histórias, muitas vezes, não sejam contadas de forma que possibilite a busca por suas verdadeiras origens.

Este artigo é resultado do curso de Cultura, Educação e Relações Étnico-raciais, realizado no Celacc – Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação na USP, cujo enfoque é revisitar dados sobre a população principalmente africana e afro-brasileira para entender por que o Brasil ainda se mostra racista no que tange aos direitos da população com ascendência africana. O objetivo é refletir sobre quem são estes povos africanos que seguiam o Islã, como cravaram suas marcas na construção da cultura brasileira e por que ainda é tímida a abordagem destas nações muçulmanas na história do Brasil.

Conhecer quais povos foram trazidos para o Brasil como escravizados contribui para o entendimento sobre quem e como é a população africana e seus milhões de descendentes que aqui fixaram residência e construíram famílias após a abolição da escravatura, abolição esta que

para muitos não foi concluída. Além disso, pode-se entender os preconceitos e o racismo que é atrelado aos diferentes povos que no Brasil cravaram suas culturas, crenças e fé, pois, algumas vezes, os africanos e seus descendentes são apresentados com estigmas, herança de um país escravocrata.

O continente africano é composto de diversas etnias, mais de duas mil línguas e diferentes crenças e fé instaladas em todo o território. Neste trabalho, como mencionado, o enfoque dado será para a fé islâmica. Ou seja, falaremos dos povos que foram chamados de islamizados no Brasil dos séculos XVI ao século XIX, pois, no século XX e XXI, pouco se usa este termo, já que todos são chamados muçulmanos em todos os continentes. A fé islâmica esteve presente entre os negros escravizados e ainda hoje século XXI está no território brasileiro.

Em séculos passados, estes diferentes povos, principalmente do norte da África, eram chamados por outros negros africanos de islamizados, pois abandonaram suas mais antigas crenças e fé e aderiram à fé dos povos árabes.

No processo de crescimento social e econômico do Brasil, muitos homens e mulheres negras foram sequestrados em solo africano e escravizados no Brasil, tornando-se trabalhadores explorados, o que fazia com que perdessem suas identidades Segundo Ribeiro,

Apresado aos quinze anos em sua terra, como se fosse uma caça apanhada numa armadilha, ele era arrastado pelo pombeiro – mercador africano de escravos - para a praia, onde seria resgatado em troca de tabaco, aguardente e bugigangas. Dali partiam em comboios, pescoço atado a pescoço com outros negros, numa corda puxado até o porto e o tumbeiro. Metido no navio. Era deitado no meio de cem outros para ocupar, por meios e meio, o exíguo espaço do seu tamanho, mal comendo, mal cagando ali mesmo, no meio da fedentina mais hedionda. Escapando vivo a travessia, caía no outro mercado, no lado de cá, onde era examinado como um cavalo magro. Avaliado pelos dentes, pela grossura dos tornozelos e dos punhos, era arrematado. Outro comboio, agora de correntes, o levava à terra adentro, ao senhor das minas ou dos açucares, para viver o destino que lhe havia prescrito a civilização: trabalhar dezoito horas por dia, todos os dias do ano (2013, p. 107).

O termo trabalhador não cabia no contexto dos “escravos”, já que estes não eram vistos como humanos, e sim como peças, simples objetos ou máquinas de fazer coisas, pois, para ser trabalhador, é necessária uma troca entre patrão e trabalhador. Esta troca envolve salário e direitos e escravos não recebiam salários por seus feitos, tampouco tinham direitos em suas vidas (FERNANDES, 2007).

Assim, quando não produziam como determinado pelos feitores – homens à mando dos donos de terras e de todas as coisas existentes no país – eram açoitados, muitas vezes, até a

morte, e estas diferenças entre serem considerados gente e coisa, algumas vezes, até os dias de hoje, são analisadas como, ainda de acordo com Ribeiro:

Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento de dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre criança convertidas em pasto de nossa fúria. A mais terrível das nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador e impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, sevicar e machucar os pobres que lhes caem às mãos (RIBEIRO, 2013, p.108).

Mesmo no século XXI muitos negros – homens e mulheres – são humilhados e deixados de lado em momentos escolhas culturais, de contratações para cargos de diretoria e gerencias, heranças péfidas, sofrendo desigualdades pela cor de sua pele. Por isso, neste trabalho apresentamos um pouco da construção da cultura brasileira com a contribuição dos povos africanos e as muitas etnias. Essa discussão ocorrerá concomitantemente ao nosso objetivo principal: discutir a questão do Islã na África sobretudo, no Brasil. Nesse cenário, abordaremos ainda questões como a Revolta dos Malês, arquitetada pelos povos seguidores de Alá em Salvador (BA), e a presença de mulheres negras e muçulmanas no Brasil.

Ainda que com tantas evidências acerca da participação dos negros no processo de construção brasileira, permanecem questionamentos, como os dispostos a seguir, que também, adicionalmente, buscamos responder no decorrer do presente trabalho: por que as histórias das diferentes nações africanas trazidas para o Brasil foram apagadas? O que representa os povos africanos que seguiam o Islã na construção da cultura brasileira? Ademais, por que raríssimas vezes contamos ou falamos das mulheres negras muçulmanas no contexto nacional? Toda análise e eventuais discussões são baseadas em dados bibliográficos, pois, para este trabalho, não foram utilizadas como material de pesquisa entrevistas com homens e mulheres negros que seguem o Islã e vivem no Brasil, já que, após algumas buscas por ONGs – Organizações Não Governamentais, e por até instituições religiosas, não foi possível entrevistar mulheres seguidoras do Islã e, especificamente, mulheres do continente africano refugiadas em terras brasileiras, na cidade de São Paulo. Outro fato que contribuiu para que as entrevistas não se

concretizassem foi que as duas mesquitas procuradas, uma na cidade de São Paulo e outra na cidade de São Bernardo do Campo, não responderam aos *e-mails* com os pedidos de visitas. Caso isso tivesse ocorrido, seria possível ouvir os dirigentes destes templos religiosos acerca de quantos homens e mulheres negros seguem o Islã, com total ênfase para quantas mulheres negras ou não negras estão nas estatísticas que saem nos órgãos oficiais, pois não temos os dados separadamente por gênero.

2. POVOS AFRICANOS NA CONSTRUÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA

Inicialmente, diríamos que a formação do povo brasileiro advém da contribuição de três povos: i) as muitas e diversas etnias indígenas – que ocupavam todo o território que viria a ser o Brasil; ii) os portugueses – que aqui chegaram no século XVI e se instalaram primeiramente no litoral da região do atual estado da Bahia e iii) os negros africanos – que foram escravizados e trazidos forçadamente para este imenso país.

Sob o domínio dos portugueses, durante quase quatro séculos os chicotes foram ouvidos e sentidos por negros escravizados – mas também por indígenas e por não negros –, pois a liberdade, especialmente para o povo negro, não existia. As senzalas, lugares precários e sem nenhuma condição de abrigarem seres humanos eram seus lares, e o canto africano, sussurrado às escondidas, juntava-se ao gemido de dor em gestos de saudade, sendo esse, muitas vezes, o único elo mantido com o passado chamado África.

A condição de grande parte do povo africano, no período escravocrata, foi desumana. Tiraram-lhes, inclusive, o direito de manterem e educarem seus filhos segundo suas crenças e costumes, pois nem seus idiomas podiam falar:

Porque o ventre do navio negreiro é o lugar e o momento em que as línguas africanas desaparecem, porque nunca se colocavam juntas no navio negreiro, nem nas plantações, pessoas que falavam a mesma língua. O ser se encontrava dessa maneira despojado de toda espécie de elementos de sua vida cotidiana, mas também, e, sobretudo, de sua língua (GLISSANT, 2005, p. 19).

Os negros africanos foram cerceados em todos os níveis: não lhes era permitido estudar, formar família, escolher o modo de vida que mais lhes agradasse, bem como lhes tiraram o direito de, como já afirmado, falar seus idiomas, de entoar seus cânticos, de ter a fé e a crença que quisessem. Brutalmente tiraram-lhes a humanidade. Destituídos do direito de ser e de

liberdade, pois eram “escravos” e escravizados não tinham desejos e vontades, tinham a cor de pele que representava a própria escravidão e que, para muitos, era um defeito.

A cor da pele desses homens e mulheres lhes tirava o direito de serem livres. Foram quase quatro séculos de puro descaso com o povo que ajudou, com suas mãos, na construção do que hoje é a República Federativa do Brasil.

Povos africanos tão distintos foram lançados no mesmo campo comum da escravização – em suas tradições seculares falavam línguas diferentes, tinham costumes distintos e adotavam posições políticas, ideológicas e fé diferentes. Porém essas gentes de diferentes nações foram traficadas para dentro das terras brasileiras e ali igualadas no mesmo infortúnio, embora cada qual com sua cultura, ideologia política, fé, credo e crença. De acordo com Silvério e como pode ser visto na Figura 1:

Vários autores informam que os africanos que aportaram no Brasil eram originários das seguintes regiões:

- 1) África Ocidental – povos sudaneses e/ou iorubas (nagôs, ketus, egbá); gegês (ewês, fons); fanti-ashanti (genericamente conhecidos como mina); povos islamizados (mandigas, haussas, peuls);
- 2) África Central: povos bantos, bakonogs, mbundo, ovimbundos, bawoyo, wili (isto é, congos, angolas, benguelas, cabindas e loanos);
- 3) África Oriental: os conhecidos como Moçambique (SILVÉRIO, 2013, p 13).



Rugendas, diferentes etnias, 1820.

(1) Angola, (2) Congo, (3) Bengüela, (4) Monjolo, (5) Cabinda, (6) Quiloa, (7) Rebolo, (8) e (9) Moçambique, (10) Mina. As etnias de 1-5 e 7 são da África central, 8-9 são do sudeste africano e 10 é da África ocidental. A presença de um escravo Quiloa é peculiar, pois essa é uma etnia da África Oriental, região da qual vieram muito poucos escravos para o Brasil. Todos, com exceção da escrava da Mina, falavam dialetos da família Bantu.

Figura 1: Etnias que forçadamente vieram para o Brasil, a partir do século XVI.

Fonte: <https://pt.slideshare.net/marialuzinete/rugendas-e-debret-retratos-da-escravido-no-brasil>. Acesso em 23 nov. 2018

Hoje sabemos que o Brasil é o país fora da África com a maior população de negros afrodescendentes e, mesmo com essa população tão significativa, pois aproximadamente 54% da população se autodeclara preto e pardo, segundo dados do IBGE (2010), poucos sabem e compreendem a importância das culturas africanas na construção deste gigantesco país.

3. A ÁFRICA

O Continente Africano tem uma vasta extensão de terra, com mais de 30 milhões de km², banhado pelos oceanos Atlântico na sua costa ocidental e pelo oceano Índico na costa oriental (Figura 2). Cabe também mencionar a presença do Mar Mediterrâneo ao norte e do Mar Vermelho a nordeste, como apresentado por Lopes (2011). Quanto às regiões, a África pode ser dividida em cinco. São elas:

- África setentrional: região do Saara, do Marrocos, da Argélia, da Tunísia, da Líbia e do Egito.

- África ocidental: região da Mauritânia, do Senegal, de Gâmbia, de Cabo Verde, de Mali, do Níger, de parte do Chade, de Guiné-Bissau, de Guiné-Conacri, de Serra Leoa, da Libéria, da Costa do Marfim, de Gana, de Burkina, do Togo, de Benin, da Nigéria e de parte República dos Camarões.

- África central: região de parte de Camarões, da República Centro-Africana, de parte do Sudão, de parte do Chade, do Congo, da República Democrática do Congo, do Gabão, da Guiné Equatorial e das ilhas de São Tomé e Príncipe.

- África Oriental: região de parte do Sudão, da Etiópia, de Djibuti, do Quênia, da Tanzânia, de Ruanda, do Burundi, da Somália, de Uganda e das ilhas Madagascar, Comores, Reunião e Seychelles.

- África austral: região de Angola, da Zâmbia, de Malawi, de Moçambique, do Zimbábue, de Botsuana, da Namíbia, de Lesoto, da Suazilândia e da África do Sul.



Figura 2: Mapa Geopolítico da África

Fonte: <https://www.todamateria.com.br/paises-da-africa/>. Acesso em: 8 nov. 2018.

A Figura 2 apresenta a atual divisão geopolítica do Continente Africano. É evidente que é muito nova esta configuração e, ainda, ela tem uma grande influência europeia, devido às muitas diferenciadas colonizações que o continente sofreu. Ainda assim, esse mapa auxilia a entender as regiões e as ligações entre os diferentes povos africanos, assim como a visualizar os portos marítimos e as rotas adotadas pelos mercadores de escravos. Neste trabalho daremos atenção às regiões setentrional e ocidental, pois grande parte dos povos escravizados que seguiam o Islã e foram trazidos para o Brasil saíram dessas regiões.

A Figura 3 faz menção a alguns portos africanos em que embarcavam as pessoas que seriam escravizadas na América e até no Oriente. Vale lembrar que tais etnias africanas, tão distintas, com saberes, costumes, composições políticas, ideológicas e culturais muito diferentes, algumas até inimigas em suas conjunturas sociais, chegaram igualmente ao Brasil: coisificadas, ou seja, comparadas a máquinas, com fé, crenças e rituais particulares.

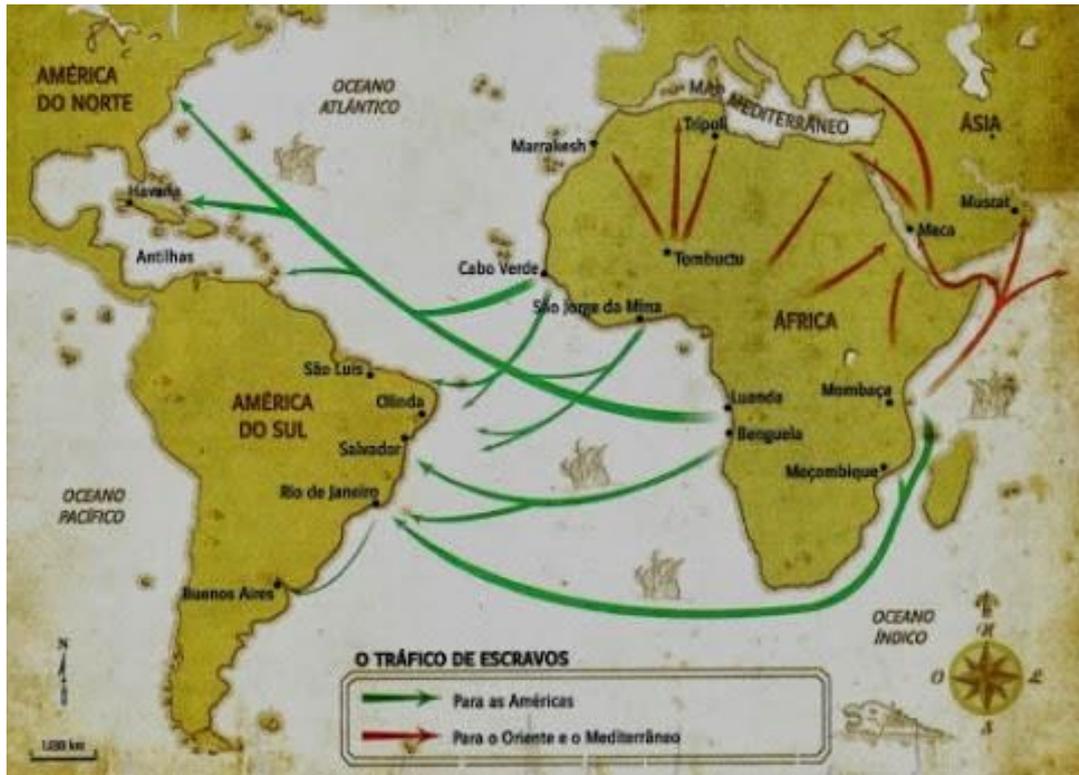


Figura 3: Mapa referente aos portos dos quais saíam escravizados da África para a América, Europa e Ásia.

Fonte: <http://fabiopestanaramos.blogspot.com/2013/12/etnias-e-povos-africanos-na-formacao.html>. Acesso em 12 nov. 2018.

4. O ISLÃ E A ÁFRICA

A ligação dos povos árabes com os povos, principalmente, da África do norte-setentrional e da África oriental, data de muitos séculos, pois o comércio entre esses lugares era intenso. As relações comerciais entre África, Oriente médio e Ásia se davam pelos mercadores árabes. Segundo, Lopes (2011, p. 20):

Muito antes dos tempos do Profeta, caravanas de mercadores viajavam da Arábia até o delta do Nilo. E, ainda no período pré-islâmico, comerciantes iemenitas foram se estabelecer na Somália, na Etiópia e ao longo da costa oriental africana, sendo profundos conhecedores das trilhas do deserto que levava ao norte. A partir de 622, ano da Hégira de Maomé, a penetração dos árabes na África se faz obedecendo mais a ditames religiosos que mercantis.

Como descreve o autor, durante muito tempo, o comércio se fez presente entre os povos africanos e os povos árabes, e interesses mercantis os uniam. Nesses eventos de compra e venda, a relação comercial se sobressaía, até que nasce, ou emerge, a religião Islâmica no mundo. Isso

se deu quando o grande e maior profeta do Islã na terra, Maomé, não conseguiu estabelecer seus ensinamentos e doutrinas em sua cidade natal, Meca - Arábia Saudita, e vai até Medina, na busca por lançar e divulgar os ensinamentos que recebeu de Deus – que é Alá para os muçulmanos.

Com esta grande “cruzada de fé islâmica” e, sobretudo, com a expansão do Islã no mundo, principalmente o norte da África, que já mantinha relações mercantis com a Arábia, é conquistado pelo Islã, como destaca Lopes: “Em termos africanos, a expansão árabe resultou na conquista do Egito por volta de 639 e no estabelecimento do Islã na África Oriental e na África do Norte, de onde se irradiou para quase até os limites da grande floresta tropical, região conhecida como África Subsaariana (LOPES, 2011 p. 18).

Podemos dizer, sem dúvidas, que o norte da África passou por uma transformação religiosa, pois o Islã adentrou o continente e arrebanhou muitos povos já conhecidos pelos árabes. As religiões tradicionais do norte da África aos poucos se mesclaram com o Islão, nome como ficou conhecido, os povos apagaram suas antigas crenças e fé e passaram categoricamente a se identificar como muçulmanos. Para alguns povos, estes são africanos islamizados a partir da Era Cristã, como os Egípcios no ano de 639. Segundo Lopes:

O êxito do Islão na África, então, resultou, antes de tudo, de ele ter aprendido a tolerância, a adaptabilidade, a capacidade de respeitar o modo de viver tipicamente africano das sociedades tradicionais, facilitando aos habitantes do Bilad-Es-Sudan” o ingresso sem o total abandono da crença ancestral (LOPES, 2011, p. 32).

A Figura 4 nos mostra a situação religiosa que o Continente Africano no século XXI apresenta. Esta representação é fruto das conquistas dos diferentes povos que adentraram e impuseram suas verdades aos povos que lá estavam. Poderíamos dizer que a religião é o imaterial, o imaginário, e o subjetivo dos homens, por este motivo ela é tão complexa e significativa nas diferentes culturas mundo afora. Para Alves (2014, p. 31) “[...] ela tem o poder, o amor e a dignidade do imaginário [...]”.

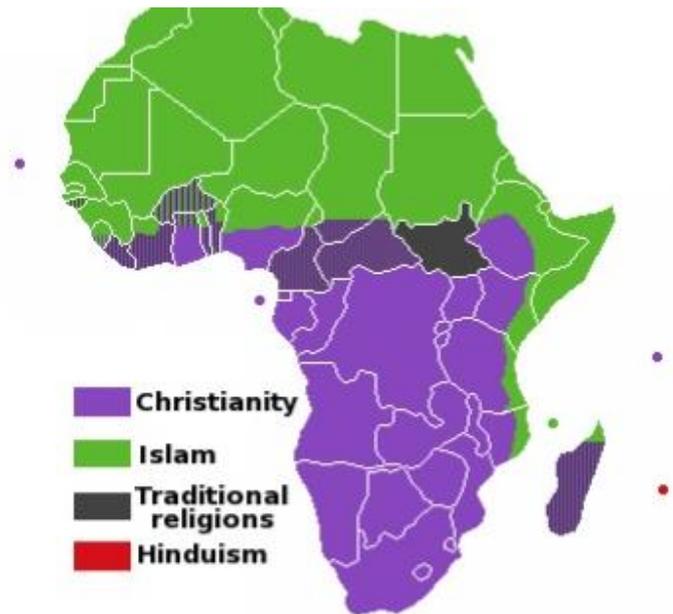


Figura 4: Divisão religiosa da África

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81frica>. Acesso em 15 nov. 2018

Discussões sobre religião, fé e o sagrado, em qualquer parte do mundo, são sempre delicadas, pois diferentes culturas olham e entendem estes elementos de forma muito distinta e peculiar. Algumas vezes, também, a religião chega aos povos com estigmas, já que crenças, rituais e fé são elementos particulares e significativos de uma doutrina religiosa, de um povo específico ou de uma cultura. Por isso, se no século XXI ainda é complexo e delicado abordar essa temática, ao voltarmos para séculos atrás veremos muitos derramamentos de sangue e invasões em nome de “Deus”, cada qual com o seu ser supremo. Naquela época, havia cristãos, judeus e muçulmanos conquistando e dominando terras alheias.

Seguimos com os povos muçulmanos e as conquistas de diferentes terras do globo terrestre. Com este poder que alguns têm em influenciar e despertar alguns lugarejos, cidades e nações, após oito anos, em sua cruzada de fé, Maomé, retornou junto com os seguidores e tomaram Meca, transformando o templo da Caaba num santuário apenas muçulmano, impondo uma nova religião (LOPES, 2011).

Maomé, junto com os califas, seus ajudadores, lançaram os princípios do Islã entre os seguidores, estes os propagaram e conseguiram perpetuá-los até os tempos atuais - século XXI. Os pilares da fé islâmica, segundo Barbosa (2017), são cinco, os mesmos presentes no Alcorão e em livros de doutrinas islâmicas:

- 1º – Shahada: Há um único Deus, que é Alá, e Maomé é o profeta enviado na terra;
- 2º – Salat: Fazer cinco orações diárias;
- 3º – Hajj: Peregrinação à Meca, pelo menos uma vez na vida;

4º – Zakat: Doação de bens aos necessitados;

5º – Sawn: Jejum no mês de Ramadan.

O Islã adentra o Continente Americano junto com os povos que foram escravizados e trazidos para as Américas e, deste período, alguns costumes ainda se fazem presentes.

5. O ISLÃ E O BRASIL

A religião islâmica está presente no mundo e já é considerada a segunda maior comunidade religiosa em países como Estados Unidos da América (cerca de 6 milhões de muçulmanos), França (5 milhões), Alemanha (2,5 milhões) e Holanda (500.000), segundo Ribeiro (2011).

Este advento se dá pela migração de povos árabes e dos que seguem os Islã para as diversas regiões dos continentes, pelo trabalho de missionários⁴, ou seja, dos que ministram os ensinamentos do Islã por todos os cantos da terra, e também por ações sociais. No século XXI, podemos destacar essa dispersão devido às divulgações na *internet* - veículo de comunicação que abrange muitos lares. Assim, o Islã adentra estas casas e faz com que mais pessoas o conheçam e se convertam aos preceitos de Alá, na busca incessante do bem imaterial. Como afirma Alves (2014), o homem deseja e a sociedade proclama a ordem. O certo e o errado, o possível e o inatingível.

Nos séculos passados, a propagação dos povos muçulmanos se deu por meio de invasões de territórios e conquistas de terras e povos, e isto é plenamente visto no Continente Africano. Segundo Lopes:

Avançando para oeste, a palavra e a espada de Alá vão chegando à Tripolitânia, à Cirenaica e ao atual Magreb. E em 681, o general Uqbah Ibn Nafi chega ao Atlântico e exclama: “Ó Deus de Maomé! Se eu tivesse certeza de existirem outras terras para além destas águas, eu iria até lá e levaria a glória do Teu nome! Outras terras haviam. E, muitos séculos depois, como os Malês, o nome de Alá, mal ou bem, chegaria até elas (LOPES, 2011, p. 31)

No Brasil, podemos destacar três momentos ou fases de implantação da fé islâmica, conforme pesquisa e artigo de Ribeiro (2011). O primeiro momento é o dos negros escravizados trazidos em tumbeiros ou navios negreiros que se instalaram na antiga capital Salvador, na

⁴ Aquele que entrega sua vida a uma religião e sai pelo mundo divulgando sua crença, religião e cultura, e trabalha para conversão de pessoas em sua fé.

Bahia, para trabalharem nas lavouras, minas e onde cabiam escravizados. Com o inchaço africano, os escravos se espalharam para outras regiões, levando consigo a fé islâmica para outros locais. O segundo momento, deu-se com a imigração de povos árabes logo após a Primeira Guerra Mundial, quando o Brasil abriu suas fronteiras para receber os povos que fugiam da devastação da guerra. O terceiro momento se dá pela conversão de brasileiros à fé islâmica, isto já no final do século XX, e passa ser de fato um grande fenômeno, já que hoje temos aproximadamente 35 mil praticantes do Islã em terras brasileiras segundo dados do IBGE (2010).

A partir de agora discorreremos sobre os primeiros povos muçulmanos que, trazidos para o Brasil, divulgaram e perpetuaram a fé islâmica em terras brasileiras. Vale lembrar que tivemos um período na história da humanidade em que a igreja católica imperava, era dona de terras, influenciava reis e rainhas e determinava, junto com o Estado, os rumos da economia de um país, ou seja, o Brasil foi um dos países que sofreu esta influência direta.

Os portugueses que invadiram as terras brasileiras eram fervorosos católicos. Eles, com sua total dominação sobre os indígenas e africanos, proibiram as diferentes manifestações religiosas destes povos.

Os diferentes povos indígenas cultuavam e se reverenciavam aos deuses da natureza; os negros africanos possuíam religiões diferentes, cultuavam, tinham rituais, adoravam e olhavam para o sagrado de maneira também diferente dos europeus, em sua maioria, cristãos. Os portugueses entendiam que estas diferentes manifestações religiosas e seus rituais eram malignos. Nesse contexto, em diversos lugares em que os portugueses passaram, foram proibidas as manifestações locais e imposto o Cristianismo Católico e, séculos mais tarde, o Cristianismo Protestante.

No século XXI, o mundo apresentava pelo menos três grandes religiões com cunho monoteísta, ou seja, um único e adorado Deus. Estas são alicerçadas por um livro sagrado, uma única divindade, um profeta que arrebanhou multidões, um “cargo sacerdotal” – padres, rabinos e *sheiks* – e possuem templos específicos para que os fiéis adorem e ouçam os mandamentos.

Religiões	Divindade	Templo Religioso	Livro Sagrado	Profeta	Denominação
Cristianismo	Deus Pai	Igreja	Bíblia	Jesus	Cristãos
Islamismo	Alá	Mesquita	Alcorão	Maomé	Islâmicos ou Muçulmanos
Judaísmo	Jeová ou Javé	Sinagoga	Torá	Abraão e Moisés	Hebreus Judeus

Figura 5: Religiões no mundo

Fonte: <https://pt.slideshare.net/evazmila/trabalho-de-emrc-sobre-as-religies-cpia>. Acesso em 10 dez. 2018

Entendemos que algumas religiões de origem no Continente Africano são diferentes dos pilares apresentados no mapa da Figura 5, pois não possuem livros sagrados, ou um único profeta, ou ainda uma única divindade como nos mostra o Cristianismo, o Judaísmo e o Islamismo. É também importante ressaltar que algumas religiões têm seu princípio na oralidade, pois é através da fala que se perpetuam os saberes ancestrais ou ainda da centralidade matriarcal, ou seja, as mulheres têm o poder político, social e cultural do território em que estão. Essas características estão presentes em algumas religiões de origem no Continente Africano e, como já afirmado, são diferentes dos pilares apresentados na Figura 5.

6. NEGROS ISLÂMICOS NO BRASIL - OS MALÊS

Alguns historiadores já descreveram a presença dos negros que seguiam o Islã ou islamizados no Brasil. Isto é visto em obras de Gilberto Freyre (2006), Nina Rodrigues (2008), Arthur Ramos (2007), e recentemente nas obras de Nei Lopes (2011) e João José Reis (2012), que descreveu a Rebelião Escrava no Brasil - obra que retrata o modo de vida dos Malês –, em 1835. Mesmo com muitos autores descrevendo as condições das populações que aqui chegaram ou daquelas que já se encontravam no território brasileiro, podemos destacar que ainda são discretos os estudos sobre a população negra islâmica brasileira, principalmente no que se refere às mulheres negras que vieram islamizadas ou que se converteram ao Islã em solo

brasileiro. Estes dados, em pleno século XXI, são de difícil acesso, pois pouquíssimas mulheres negras muçulmanas (brasileiras ou que estão refugiadas) dão entrevistas ou são apontadas nos dados dos órgãos oficiais como o IBGE. Relatos sobre homens que seguiam o Islã e imagens, mesmo que precários, ainda são encontrados nas diferentes obras já escritas ou até em Museus. Na cidade de São Paulo - SP temos o Museu Afro Brasil⁵, que guarda importantes obras com narrativas deste período de escravização e dos dias atuais da população africana e afrodescendente brasileira.

Conforme já relatado, o Islã adentra o Brasil com os escravizados africanos, porém não por meio de cruzadas religiosas para divulgação desta específica religião assim como ocorreu em outros países. De acordo com Reis:

Africanos muçulmanos foram trazidos para diversas regiões das Américas como escravos e lá procuraram reproduzir o que puderam e o que mais interessava das práticas islâmicas de acordo com as quais haviam sido educados. Resta pouca dúvida, no entanto, de que a maior concentração desses adeptos de Alá escravizados no Novo Mundo terminaria por ser na Bahia da primeira metade do século XIX. Não se sabe exatamente quando os primeiros muçulmanos aqui chegaram. Antes do século XIX, entre os africanos vindos da África Ocidental., alguns provavelmente eram islamizados, entre eles os malinkes, aqui chamados mandigos. Embora não se tenha notícia detalhada de sua presença no Brasil, esses africanos deixaram rastro inconfundível nos amuletos coloniais, chamados bolsas de mandingas, ou simplesmente mandinga - termo que usado em certos contextos equivalia a feitiçaria (REIS, 2012, p. 159).

O norte do Continente Africano tem uma significativa população islâmica e, durante muito tempo, essa região viveu sob forte dominação de alguns reinados, algumas vezes, rivais. Assim que a África é invadida pelos europeus, a negociação entre os africanos e europeus se intensifica: não negociavam somente terras, metais e pedras preciosas, negociavam pessoas também. Alguns reinos capturavam pessoas de reinos adversários e os vendiam para os brancos europeus. Assim se fez com precisão o início do tráfico de seres humanos daquela época.

Depois desse primeiro período, houve outro com capturas mais sofisticadas, pois havia envolvimento de africanos com poder local, como descreve Lopes:

[...] num segundo momento, africanos poderosos começam a fornecer escravos em troca de ajuda militar, ou seja, europeus ajudavam esses potentados em suas guerras e recebiam como pagamento escravos capturados. Observe-se que, por essa época, a instituição da escravidão entre africanos era formalmente bem diferente daquela que o europeu implantou: o escravos era sujeito de Direito, não podendo ser vendido nem maltratado, e tinha até

⁵ Mais informações sobre o museu podem ser obtidas em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/>.

mobilidade social. Na África, o que determinava relação de sujeição era o status e não o “valor econômico” da pessoa (LOPES, 2011, p. 42).

Desta forma, os europeus deram um caráter diferente à escravização de seres humanos, pois tratavam os africanos de diversas denominações como “coisas”. Alguns modos de escravização entre os africanos relatados na obra de Lopes (2011) não tinham caráter mercantil, como na sociedade mandiga, por exemplo, na qual os escravos tinham direito a alimento, roupas, casamento e meação de terras de seus senhores.

A escravização de seres humanos se intensificava ano após ano, e o Brasil recebia milhões de africanos. Segundo Lopes:

O tráfico para o Brasil conhece três fases distintas. A primeira é aquela em que os embarques se dão predominantemente na Costa da Guiné. O início de escravos africanos para o nosso país se dá exatamente no momento histórico em que a hegemonia da África ocidental está nas mãos do império Songai, que até 1528 é governado pelo askia Muhammad Turê. De 1496 até o fim de seu reinado, esse askia se empenha numa ferrenha guerra santa, que deve ter levado ao forte de Arguim muitos prisioneiros de guerra, principalmente do reino mossi e dos estados Hauças (LOPES, 2011, p.44).

Relatos em diferentes obras nos mostram que os primeiros muçulmanos que adentraram o Brasil eram os povos Haussás, em sua maioria, seguidos de cativos dos reinos Gurnam, Borgu, Borgo, Nupe e outros reinos vizinhos dos Haussás, localizados no Sudão Central (REIS, 2012). Esses relatos revelam a capacidade que estes negros muçulmanos tinham de pastorear rebanhos. Normalmente eles carregavam trechos do Alcorão seguros no corpo e alguns eram os sacerdotes em suas terras.

Todos os povos que foram trazidos e eram seguidores do Islã, chamados, no Brasil, de Malês, foram os que divulgaram em território brasileiro a religião islâmica. Ainda:

Malês é um termo que vem do iorubá - imali, significa – renegado que adotou o islamismo. Apesar desses negros malês terem grande desenvolvimento cultural – sabiam ler e escrever em árabe, foram obrigados a despir de suas túnicas brancas e a viajar trajados sumariamente em porões escuros dos navios negreiros (RIBEIRO, 2013, p.290).

Vimos que o nome Malê foi dado aos negros islamizados de todas as origens, por outros grupos africanos que no Brasil também estavam sob o domínio português. Estes povos chamados de Malês dominavam a escrita e sabiam ler em árabe, por isso eram vistos por outros povos africanos e não africanos como povos de sabedoria e domínio de alguns afazeres. Outras

nações de reinos diferentes africanos que aqui estavam não possuíam tais conhecimentos, exemplo disto são os Bantos que, durante muito tempo, formavam o maior número de escravizados. Logo depois os Iorubás – ou nagôs – passaram a ter o maior número de escravizados. Este dado é somente uma menção a título de informação, já que não adentraremos no universo dos povos Iorubás.

7. OS POVOS BANTOS NO BRASIL

Como já reiterado, diferentes povos africanos foram trazidos para o Continente Americano, especialmente para o Brasil. Da África Central vieram povos das nações Bantas - *bakongos, mbundo, ovimbundos, bawoyo e wili*, isto é, congos, angolas, benguelas, cabindas e loangos (SILVÉRIO, 2013).

Os povos que vieram destas regiões da África Central, vale reforçar, juntamente com os indígenas e europeus, contribuíram grandemente para formação cultural, social e econômica brasileira. Isso pode ser visto em Silvério:

Os bantos, principalmente no estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais são mais estudados na perspectiva linguística. Culto aos antepassados e aos espíritos; quimbundo incorporado ao português falado no Brasil; festas: coroação dos reis, danças que emulam a caça e a guerra (carnaval), festas de boi, folclore; esculturas em madeira, confecções de objetos domésticos, etc. (SILVÉRIO, 2013, p. 13).

A contribuição dos bantos para nação brasileira pode ser atestada também na Língua Portuguesa, pois a grande maioria dos empréstimos linguísticos são oriundos de línguas angolanas, como descreveu Margarida Maria Taddoni Petter⁶ em alguns de seus trabalhos (PETTER, 1998; 2015).

A Língua Portuguesa brasileira é composta por palavras oriundas do léxico africano. Como estes povos foram impedidos de pronunciarem seus idiomas, aos poucos adaptaram suas palavras às palavras do colonizador e, com isso, são eles os grandes responsáveis por disseminar o português em território brasileiro.

⁶ É professora livre-docente do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo, mestre pela Universidade de Abidjan, na Costa do Marfim, e doutora pela Universidade de São Paulo. Dirige o GELA- Grupo de Estudos de Línguas Africanas da USP. Orienta pesquisas sobre línguas africanas e sobre o contato das línguas africanas com o português brasileiro.

Na culinária, os africanos incrementaram os sabores, afinal conheciam ervas e plantas que auxiliaram na sua precária alimentação, já que “escravos” não podiam desfrutar de uma boa e rigorosa alimentação para o extenso e pesado dia de trabalho. Algumas ervas que utilizavam na alimentação serviam para curar males do corpo e alguns da alma, como já mencionado. Evidentemente, os povos das diferentes etnias africanas tinham e cultuavam uma fé, e os bantos não eram diferentes, cultuavam e tinham suas fés. Grande parte destes povos africanos reverenciava seus ancestrais e as forças da natureza. Isso contribuiu para perpetuação das crenças africanas no Brasil, dando origem às religiões de matriz africana no Continente Americano.

Falar sobre religião, fé e o sagrado em qualquer parte do mundo é sempre muito delicado, pois diferentes culturas olham e entendem estes elementos de forma muito distinta e peculiar. Para algumas pessoas, a religião, a fé e o sagrado se misturam em algo subjetivo e divino, para outras pessoas o que é divino não se mistura com o dia a dia e, ainda, há aqueles que creem que estes elementos são a própria vida.

Devido a esses fatos, algumas polêmicas poderão existir quando o assunto for religião, pois, durante a história de formação de uma nação, muitos elementos chamados de sagrados e divinos são inseridos no modo de viver da população, e estes elementos dizem muito sobre a história do país. As religiões que se formaram no Brasil não são diferentes: elas possuem muito da cultura que a sociedade estabeleceu.

Também em território brasileiro estavam os indígenas das mais diferentes etnias com suas crenças, valores e fé. No momento chamado de “Descoberta” pelos portugueses impôs-se o cristianismo – judaico – católico. Logo depois, somaram-se a ele as crenças dos povos africanos, dos que seguiam o Islã e, dessa maneira, não tardou para que os Orixás de outros africanos se misturassem, dando origem a esse sincretismo e à diversidade de religiões tão peculiar ao Brasil. A título de curiosidade, Orixás são divindades cultuadas pelas religiões afro-brasileiras. Segundo Poli – (2019) “a África não tem religião, tem tradição e sociedade com natureza se misturam, tornando-se divino”. Por isso, fala-se muito em ancestralidade nas religiões de matrizes africanas.

Vale também lembrar que, mais tarde, na história do país, o cristianismo de cunho evangélico-protestante dos povos europeus adentrou e fixou moradia entre os brasileiros, mudando todo o sistema social já existente.

Na perspectiva dos povos africanos, os povos bantos, diferentemente dos malês, não puderam adentrar espaços e lugares sociais das demais populações. É evidente que os malês só tiveram esse direito com permissão dos senhores do engenho e donos de terras, pois

acreditavam que os malês eram civilizados, já que este grupo sabia ler e escrever, praticava o comércio com mais intensidade ou eram sacerdotes em suas terras, pessoas letradas para os europeus. Os bantos, em contrapartida, eram entendidos como selvagens e iletrados.

Os espaços que antes eram determinados somente para população branca europeia e brasileira foram aos poucos sendo ocupado pelos africanos malês, como destaca Ribeiro:

Foram, aos poucos, conquistando não só espaços na economia, tornando-se pequenos comerciantes, quando livres, mas também espaços para desenvolver sua crença, embora perante os brancos aparentassem ter aceitado a religiosidade católica, assumindo para isso até mesmo um nome de batismo.” Semelhantes escravos não podiam conformar-se ao papel de manés-gostosos dos portugueses; nem seria a água benta dos batismo cristão que, de repente, neles apagaria o fogo maometano ... todos que conseguiram a liberdade por direito, lembravam-se da religião dos seus antepassados, à qual eles se voltavam após a libertação (RIBEIRO, 2013, p. 290).

Como destaca Lopes (2011, p. 94): “A inferiorização dos bantos, em relação aos povos da África ocidental, apregoada que foi pelos eruditos do racismo científico, ecoou fundo na alma popular: assim, até mesmo os negros, em geral já nascidos no Brasil, durante e após o período escravista alardeavam o fato”.

No final do século XVIII e início do século XIX, uma grande e importante leva de outras nações africanas, em especial os iorubás, adentraram o país, numa porcentagem bem maior do que os bantos e malês, e estes deram outra característica à vida social afro-brasileira.

8. REBELIÃO ESCRAVA NO BRASIL - LEVANTE DOS MALÊS NO ANO DE 1835

É válido lembrar que Salvador - Bahia viveu tempos conturbados, com períodos de revoltas e rebeliões, quando a capital foi mudada para o Rio de Janeiro, em 1763. De acordo com Moura:

A Bahia, no século XIX, era uma província cuja economia se baseava quase que exclusivamente na exportação de produtos agrícolas para o exterior, especialmente açúcar...Imagina-se a situação da época. A carestia de vida era alarmante. Os víveres faltavam no mercado e seus preços eram elevadíssimos. O plantio exclusivo dos gêneros destinados à exportação era uma das causas que os donos da terra não queriam perder os “preciosos torrões do massapé” com a “mesquinha plantação de mandioca”. Os poucos alvarás e assentos existentes no sentido de se plantar quinhentas covas de mandioca por escravo de serviços não eram respeitados. A carne era outro gênero caríssimo.

Ninguém podia criar gado numa distância inferior a dez léguas do litoral. Além disso, o comércio abatedor era monopolizado (MOURA, 2014, p. 225).

A população na Bahia, em 1824, era grande. De acordo com Moura (2014):

População	Quantidade
Brancos	192.000
Índios	13.000
Gente Livre de cor	80.000
Escravos de cor	35.000
Negros escravos	489.000
Negros forros	49.000
TOTAL	858.00

Tabela 1: População da Bahia em 1842.

Fonte: a autora, baseada em Moura (2014)

Numa população de 858.000 habitantes havia 524.000 escravos. Isso sem falarmos dos índios, que viviam num regime de semiescravidão, e dos “forros”, que tinham uma vida quase idêntica à dos cativos. Como vemos, era uma enorme massa que constituía a base da pirâmide social baiana e cuja efervescência exigia da parte dos senhores de escravos uma vigilância contante e enérgica. Por este motivo, a Bahia era fortemente policiada (MOURA, 2014, p. 228)

Com este número de escravizados e com as faltas materiais e imateriais, inclusive de humanidade para com os homens e mulheres negros, é evidente que o descontentamento se fazia presente. A vontade de sair desta condição de homens e mulheres coisificados era constante, então, cada vez mais, surge entre estes cidadãos e até pequenos produtores a vontade de ser livre em sua totalidade. Segundo Moura:

como vemos, se de um lado, a província produzia uma considerável soma de produtos, de outro, a quase totalidade dessa produção era enviada aos portos europeus, que a consumiam, Os escravos, os pequenos lavradores, sitiantes, pecuaristas, intelectuais e artesões viviam asfixiados pelos senhores de engenho e de escravos, que usufruíam vantagens desse sistema de economia colonial... O descontentamento que vinha de longe era geral e sintoma de que a crise já havia atingido camadas mais largas da população (MOURA, 2014, p. 228-229).

Durante muitos anos, o descontentamento da população, em geral, tomou conta das ruas daquele lugar, “as revoltas de escravos da capital baiana abrangem quase toda a primeira metade

do século XIX e marcam de maneira profunda esse período da história da província” (MOURA, 2014, p.234).

Em todos os anos, nos quais imperou o sistema escravagista no Brasil, muitos negros escravizados organizavam-se para sair desta condição de homens coisificados, pois, em suas terras africanas, eram livres, cultuavam e mantinham seus ritos de crenças, trabalhavam seguindo suas aptidões e escolhas, formavam famílias e falavam seus idiomas, ainda que quando escravizados. Contudo, escravizados em terras estrangeiras não tinham direitos, somente deveres. Devido a isso, muitos africanos organizaram levantes ou rebeliões. Conforme Moura,

Começará com a revolta dos haussás, que delimitará o início do primeiro ciclo de lutas, no ano de 1808, e será dirigida por escravos maometanos. É verdade que – como acentua com acerto Nina Rodrigues - essa primeira escaramuça – como também a de 1809 - foi apenas um ensaio parcial e ainda vacilante da que eclodiria no ano de 1813, de proporções já bem maiores (MOURA, 2014, p. 234).

Até o ano de 1835 várias rebeliões e revoltas em Salvador se fizeram presentes, porém a de 1835 mereceu destaque, pois, de acordo com Reis:

Na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835, um grupo de africanos escravos e libertos ocupou as ruas de Salvador, Bahia, e durante mais de três horas enfrentou soldados e civis armados. Os organizadores do levante eram Malês, termo nagô pelo qual eram conhecidos na Bahia da época os africanos muçulmanos (REIS, 2012, p. 9).

Esta rebelião foi um passo muito importante na história dos muçulmanos no Brasil, pois, de fato, eles estavam presentes e influenciavam a sociedade existente. Reis continua:

Não há sombra de dúvidas sobre o papel central desempenhado pelos muçulmanos na rebelião de 1835. Os rebeldes – ou uma parte deles – foram para as ruas com roupas usadas na Bahia pelos adeptos do islamismo. No corpo de muitos dos que morreram a polícia encontrou amuletos muçulmanos e papéis com rezas e passagens do Qur’ân usados para proteção (REIS, 2012, p. 158).

Durante o período de 1800 a 1835, há relatos de que muitos muçulmanos que viviam em Salvador conseguiram comprar suas alforrias e, com isto, estabeleceram-se como pessoas, primeiramente, já que desejavam e ansiavam por viver dignamente no campo familiar, profissional e religioso. Alguns, tornaram-se comerciantes, tinham o poder de ir e vir, porém, com restrições, pois não foram todos os espaços que estes puderam alcançar, e as revoltas ou

rebeliões nos mostram que as poucas conquistas não eram para todos. O Levante dos Malês, em 1835, tinha também a pretensão de estabelecer um Reino Muçulmano em terras americanas – brasileiras –, ou seja, queria fazer com que os preceitos do Islã mudassem toda trajetória que aqueles negros escravizados em sua maioria passavam. Ainda sobre a Revolta, Verger afirma,

O plano tinha sido inteligentemente estabelecido. Os revoltosos deveriam provocar simultaneamente incêndios em diversos pontos da cidade, para desviar a atenção da polícia e da tropa e tirá-las de suas casernas. Deviam aproveitar a confusão para atacá-la e desarmá-las. Uma vez senhores da cidade, contavam junta-se com os escravos das plantações do Recôncavo. Este plano tinha mais chances de sucesso do que as tentativas precedentes de rebelião, que começavam fora da cidade e tornavam as chances do ataque final problemáticas, estando as tropas já alertadas e na defensiva. Uma denúncia *in extremis* fez fracassar esta revolta (VERGER, 2002, p. 365).

É sempre bom lembrar que este – o momento da Revolta dos Malês – não foi um momento isolado de revolta, pois, “de 1807 a 1835, uma série de revoltas de escravos e de africanos emancipados produziu-se na Bahia, tanto nas plantações do interior da Província quanto em Salvador, a capital” (VERGER, 2002 p. 356). O autor ainda afirma que a série de rebeliões ocorrida tem sempre os muçulmanos envolvidos:

Guerras se desenrolavam na África ocidental, e a pressão do Islã sobre o mundo iorubá provocava nele transformações políticas e guerras intertribais, o que fazia com que os negreiros da costa obtivessem muitos cativos. As notícias dos acontecimentos da África chegavam regularmente à Bahia, com cada desembarque de escravos trazidos da Baía do Benin. Elas eram comentadas e transmitidas aos negros carregadores dos cantos da Rua do Corpo Santo, aos portadores de palanquins(em sua maioria ussás) e aos estivadores que carregavam as mercadorias de tráfico a bordo dos navios negreiros, pelos escravos africanos marujos a bordo, que tinham tido tempo, durante as longas travessias, de saber o que ocorria em seu país natal. Os novos escravos, transportados clandestinamente, apesar dos cruzadores britânicos de repressão ao tráfico, vinham juntar-se, algumas vezes, àqueles que tinham sido trazidos fazia muitos anos. Verdadeiros pedaços de “nações” reorganizavam-se assim, na Bahia (VERGER, 2002, p. 356).

Com as guerras e disputas de poder em parte do Continente Africano, era provável que o Brasil sentiria estes efeitos, já que era o país que mais recebeu escravizados africanos. Mesmo com a proibição do tráfico de pessoas que a Inglaterra impôs aos seus devedores, ou tráfico de escravos, como era chamado, o Brasil, clandestinamente, o fez por muito tempo. Continua o autor,

Estas revoltas na Bahia eram obra dos muçulmanos; eram guerras religiosas, repercussão direta das guerras que ocorriam na África. A jihad ou guerra santa dos fulani, declarada em 1804, e o progresso do Islã no norte do país iorubá provocaram a chegada de contingentes de prisioneiros de guerra usás e também de iorubás muçulmanos recentemente convertidos. Esta guerra santa continuava, pois, na Bahia, sob forma de revolta de escravos e de africanos livres. Assim, houve a rebelião dos usás, entre 1807 e 1816, e as dos nagô-malês, entre 1826 e 1835 (VERGER, 2002, p. 357).

Durante o Levante dos Malês, grande parte dos homens levavam consigo passagens do Alcorão dentro das mandigas, ou seja, de bolsas, e deixavam também escritas árabes em todos os lugares, que correspondiam às passagens do Alcorão, para lembrá-los de que Alá jamais os desamparariam e que eram féis aos seus preceitos, conforme seu maior discípulo Maomé escreveu. Questões como essas são citadas por Reis:

As passagens escolhidas para constar do amuleto resgatam diferentes temas corânicos. Além de muitos pedidos de perdão divino e expressões de humildade diante de Alá, vários trechos evocam o sofrimento dos malês como escravos na Bahia. Registra-se a infelicidade coletiva na diáspora escravista: “nosso Senhor! Nossa desgraça sobrepujou-nos, e nos tornamos um povo errante” (Qur’ân 23:106). Uma das fontes de infelicidade, a má liderança, é apontada em diversos momentos. Um deles: Nosso Senhor! Nós obedecemos a nossos chefes e nossas maiorias, e eles nos desviaram do caminho(certo)” (33:67) (REIS, 2012, p.201).

Estes amuletos representavam uma ligação de proteção e intercessão com Alá, pois, Ele – Alá – ouviria as preces e os tiraria do cativeiro. Através destes amuletos poderiam convencer e informar os seus preceitos entres os impuros – aqueles que não seguiam os Islã –, pois eles, homens bons e féis aos seus desígnios de Alá, precisavam pelo menos viver dignamente em terras fora da África, e somente com a intervenção do divino que muitas coisas melhorariam em terras de impuros.

Em outros momentos, estes amuletos pediam vinganças, pois estes homens europeus, maus e impuros, brutalmente ordenaram que a fé em Alá fosse mudada e impuseram limites aos negros africanos que seguiam o Islã, ou seja, todas as outras religiões que não fossem a Cristã – Católica eram rejeitadas e proibidas. Essa rejeição se soma a todas as outras, citadas do decorrer do presente trabalho, como de direitos, gostos e hábitos, que foram severamente proibidas.

De fato, a Revolta dos Malês tinha vários aspectos que exigiam mudanças sociais na vida dos negros de Salvador, mudanças essas que afetariam a própria estrutura social,

econômica e cultural daquele povo em todo o país. Isto tudo aconteceu 53 anos antes da abolição da escravatura, que data de 13 de maio de 1888.

De todo este processo de rebelião, pelo menos sobre 1835, há pouquíssimos relatos de mulheres na frente da batalha, entretanto algumas auxiliaram como coadjuvantes, pois emprestaram suas casas para que as reuniões acontecessem, reuniões estas para que os líderes pensassem e planejassem a tal revolução. Outras mulheres sabiam que aconteceria o levante e, mesmo assim, não delataram os idealizadores, pois as consequências trariam graves e penosas sanções.

É importante destacar que, de cada dez homens capturados e trazidos para escravização em solo americano, especialmente o brasileiro, apenas uma mulher estava presente. Assim, é difícil contabilizar as mulheres africanas que adentraram o Brasil. Contabilizar as, dentre as que vieram, que seguiam o Islã é mais delicado e difícil ainda pela complexidade que estas nações viviam em relação aos direitos e deveres femininos. Sobre esse contexto relata Reis:

A liderança muçulmana em 1835 era inteiramente do gênero masculino. Seu perfil, porém, demonstrava a tendência digamos, democrática muitas vezes atribuída ao Islã no recrutamento de seus chefes religiosos e eventualmente políticos. O Islã pode ser patriarcal, o que limita enormemente sua democracia, mas, não é aristocrático. Na África Ocidental, com exceção de mulheres e escravos, qualquer um podia tornar-se alim – um conhecedor da religião, um clérigo –, bastando que “recebesse treinamento suficiente para ser legitimado socialmente”. Na Bahia a democracia Malê foi mais longe, pois não apenas os homens livres tiveram o privilégio de dirigir os filhos de Alá (REIS, 2012, p. 303).

Durante todo o Levante dos Malês, os homens estavam à frente para tomar o poder e instituir o tal “Reino Malê” em terras brasileiras. Os líderes do levante, em sua maioria, eram africanos, pois os escravizados nascidos em terras brasileiras pouco participavam das revoluções. Isso foi constatado nos documentos analisados por Reis:

A ausência do negro brasileiro na rebelião de 1835 não deve surpreender. Crioulos, cabras e mulatos não participaram de nenhuma das mais de vinte revoltas escravas baianas anteriores a 1835. Nas diversas regiões da América escravista, embora os crioulos participassem de revoltas, estas foram sempre mais abundantes onde predominaram numericamente os escravos de origem africana, lugares como o Caribe do século XVIII e a Bahia da primeira metade do século XIX, por exemplo (REIS, 2012, p. 320).

Os dados coletados sobre a rebelião escrava de 1835 nos dão a dimensão da organização que estes homens que seguiam o Islã no Brasil tiveram ao pensar e montar esta “guerra”, pois

aspiravam dias melhores e uma nação islâmica em terras brasileiras. A sagacidade destes africanos e escravizados é relatada por Verger:

O momento era particularmente bem escolhido, pois, era aquele em que se celebrava a festa de N. Sra. Da Guia (oito dias depois da do Senhor do Bonfim). Muitas pessoas da cidade iam fazer a vigília na Igreja do Bonfim e passar a noite na Península de Itapagipe. A hora prevista era aquela em que os escravos saíam das casas para ir buscar água nas fontes públicas. Poderiam juntar-se em grande número aos insurrectos (VERGER, 2002, p. 365).

Toda a elaboração e estratégia para que a revolução atingisse as metas programadas não saiu conforme os africanos e alguns outros pensaram, pois, um dia antes, as autoridades foram avisadas por um delator e as casas dos negros foram vasculhadas por policiais, fazendo com que a revolução não tivesse o êxito planejado. Mesmo com a informação e as mortes que ocorreram tanto entre os negros quanto entre os policiais, Verger relata que:

Assim terminou a revolta, o pequeno grupo de insurrectos tinha, entretanto, conseguido, em algumas horas, intimidar a guarda do palácio e resistir ao batalhão de infantaria. Obrigaram a polícia a fechar-se em sua caserna da Mouraria e somente encontraram resistência e contra-ataque na caserna da cavalaria (VERGER, 2002, p. 368).

A Revolução dos Malês, ainda que não tenha atingido em sua totalidade o objetivo final, de fato, abalou todas as estruturas do império brasileiro. Durante certo tempo, os negros, em sua maioria africanos e muçulmanos, resistiram bravamente, como relata Reis:

O movimento malê foi muito mais sério do que consta fontes baianas. Teria havido mais gente engajada na luta, entre oitocentos e mil africanos, os quais representariam apenas 5% dos “descontentes. O número destes últimos alcançaria formidável 16 mil a 20 mil rebeldes, que segundo meus cálculos perfaziam a quase totalidade dos africanos escravizados e libertos de Salvador em 1835, entre os quais os nagôs seriam apenas 30%. A situação seria ainda mais grave para a Bahia escravista se por descontentes o jornal significava africanos previamente apalavrados para participar do levante. Também destoantes do que se consegue apurar nas fontes locais foram os números dados para os mortos em combate dos dois lados, exagerados para os rebeldes (150^a 170) e reduzidos para seus oponentes (apenas quatro). Outra diferença de cálculo dizia respeito ao tempo que durou a luta, aqui acrescentado em três dias de resistência no bairro da Graça, na freguesia da Vitória (REIS, 2012, p. 523).

Rodrigues (2008) ressalta a importância e presença dos negros muçulmanos no Brasil, principalmente na Bahia e nas rebeliões que existiram entre 1807 a 1835: “a força da

organização religiosa, da propaganda e do ensino do Islã, sua extensão e sua influência, compreendem-se através do estudo destas insurreições” (RODRIGUES, s/d, *apud* VERGER, 2002, p. 380).

A rebelião dos africanos e escravizados das diferentes nações e etnias em Salvador no ano de 1835 repercutira em todos os lugares do Brasil e em outros do exterior. Notícias da época mostram que muitos brancos com autoridade, brasileiros e estrangeiros, ficaram assustados com o tamanho e proporção que este levante traria para as estruturas sociais, econômicas e culturais do país recém independente (a independência brasileira data de 07 de setembro de 1822).

Após este episódio e com o fim do tráfico de escravos para as Américas, alguns negros africanos e brasileiros foram deportados para o continente de seus ancestrais. Enfim, o Reino Malê não se instalou no país, contudo, seu legado fez história entre os africanos e afrodescendentes, sendo estes seguidores do Islã ou adeptos de outras religiões africanas e brasileiras.

9. MULHERES NEGRAS E MUÇULMANAS NO BRASIL

Neste trabalho abordamos questões sobre religião, crença, fé e estrutura social do Brasil. Abordamos também o Levante dos Malês e, neste momento importante da história, faltam dados sobre as mulheres, mulheres negras e mulheres muçulmanas em terras brasileiras. Como já mencionado anteriormente, entraram mais homens escravizados do que mulheres em solo brasileiro. Com isto, o número de mulheres negras que foram obrigadas fixar morada em terras brasileiras foi ínfimo se comparado ao de homens. Mesmo assim, podemos, por meio deste contexto, explicitar as dificuldades enfrentadas por estas mulheres, já que muitas foram abusadas sexualmente e geraram filhos com homens que não pertenciam à sua nacionalidade, homens que não escolheram, sejam brancos ou não brancos.

Estas mulheres, ainda em solo africano, viram famílias serem destruídas, terras invadidas e saqueadas e mudanças radicais no seu modo de sobrevivência. Depois, ao serem sequestradas e escravizadas nas Américas, nada mudou, só se intensificaram os dias de lutas e batalhas.

Destacamos também que elas, desde o Continente Africano, tiveram que ver seus pais, filhos, irmãos e maridos serem capturados e vendidos, assumiram toda a direção de suas terras, casas e sociedade, e tiveram suas fés e crenças cerceadas pelos europeus. Muitas mulheres africanas também foram silenciadas em sua própria fé.

Durante todo o percurso deste trabalho foi apresentada a vida e as diretrizes que os escravizados, em grande parte homens, fizeram e sofreram, porém, o material, principalmente de séculos passados, sobre mulheres negras e mulheres negras muçulmanas, é raro. Giacomini destaca a mesma situação em seu estudo: “sem pretender falar em nome da mulher negra, acreditamos já ser hora de, pelo menos, começar a falar da mulher negra. E o problema metodológico aparece, então, em toda sua dimensão; isto porque o material bibliográfico e as fontes disponíveis são extremamente pobres” (GIACOMINI, 2012, p. 21).

Como o presente trabalho é sobre os povos que seguiam o Islã em solo brasileiro, destacamos que encontramos pouquíssimos relatos de mulheres atuantes nas fases em que se instalou a religião neste país. No momento de colonização e escravização, quantas mulheres trazidas eram de nações já islamizadas e quantas aderiram ao Islã em solo brasileiro? Com os dados obtidos, não é possível afirmar. Carecemos de informações sobre o tema e as obras pesquisadas também não se debruçam sobre as mulheres negras e os números aproximados de islamizadas em solo colonial, tampouco de convertidas escravizadas.

Aos poucos, com o passar do tempo, os problemas relatados por nós e por Giacomini (2012) vêm sendo solucionados. Mais recentemente, diversas mulheres e mulheres negras têm falado da condição das escravizadas de suas descendentes, porém os trabalhos sobre negras e islamizadas brasileiras ainda são tímidos.

Para conclusão deste trabalho foram enviados *e-mails* para duas Mesquitas, uma na cidade de São Paulo, no bairro do Brás, e outra na cidade de São Bernardo do Campo. Também foram procuradas duas outras Organizações Não Governamentais no centro da cidade de São Paulo, para que pudéssemos gravar uma entrevista com mulheres muçulmanas e mulheres negras que seguem o Islã, no entanto, não tivemos respostas em nenhum momento. Os *e-mails* não foram respondidos e somente um dirigente de uma ONG no bairro da Barra Funda, próximo ao centro da cidade de São Paulo, respondeu-nos (por telefone), dizendo que seria difícil essas mulheres falarem de algo tão particular. Com isto, não foi possível concluir as entrevistas. Outra tentativa foi a possibilidade de acompanhar uma reunião entre muçulmanos africanos que acontecem às segundas-feiras, às 19h, na Praça da República, no Centro de São Paulo, reunião esta com exposição pública da fé islâmica no centro da maior cidade do Brasil e que abriga o maior número de refugiados no território nacional (durante duas semanas não aconteceram). De acordo com o 3º relatório da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça de São Paulo (BRASIL, s/d), o Brasil, no ano de 2017, abrigava 10.145 refugiados e 86.007 pedidos de refúgios em trâmite, sendo 71% de refugiados do sexo masculino e 29% do sexo feminino.

Destas, 5.134 pessoas continuam com registro ativo em território nacional, sendo 52% atualmente residentes na cidade de São Paulo.

Mesmo com os dados anteriormente citados, os que abordam as mulheres negras muçulmanas são invisíveis. Conforme relata Dana Albalki (BBC BRASIL, 2016), em entrevista dada a BBC News Brasil, em 2016, no Brasil, o conhecimento é quase nulo sobre o Islamismo. A entrevistada não é negra, é Síria e refugiada no Brasil, porém, ainda assim, traz a dificuldade de falar sobre o Islã entre as mulheres e a população brasileira.

Com toda a dificuldade já apresentada, voltar ao passado e falar das escravizadas é muito mais do que dizer sobre mulheres negras trazidas do Continente Africano que trabalhavam como os negros homens nas diferentes lavouras, extrações de minérios ou como domésticas nas casas dos senhores donos dos corpos negros, pois as mulheres escravizadas nos diferentes trabalhos tinham um diferencial perverso que dificilmente recaía sobre os homens: seus corpos: “a escrava, além do trabalho, deveria ainda oferecer o corpo tanto como ama de leite, como amante e ainda saco de pancada das sinhazinhas, porque, além de escrava, é mulher” (GIACOMINI, 2012, p. 71).

Muitos destes abusos em seus corpos negros ocorreram por ciúmes das sinhazinhas que viam nestas mulheres negras ameaças aos casamentos arranjados que desfrutavam. Os ciúmes também eram decorrentes do fato de que seus homens brancos mantinham relações com as negras. Sobre isso, Freyre relata:

Conhecem-se casos no Brasil não o de predileção, mas de exclusivismo: homens brancos que só gozam com negras. De rapaz de importante família rural de Pernambuco conta a tradição que foi impossível aos pais promoverem-lhe o casamento com primas ou outras moças brancas de família igualmente ilustres. Só queria saber de molecas. Outro caso, referiu-nos Raoul Dunlop de um jovem de conhecida família escravocrata do Sul: este para excitar-se diante noiva branca precisou, nas primeiras noites de casado, de levar para a alcova a camisa úmida de suor, impregnada de budum, da escrava negra sua amante (FREYRE, 2006, p. 368).

Alguns destes abusos – estupros nos corpos negros femininos – resultaram em filhos. Com isso, após estes cruéis atos, foi gerado um contingente de filhos bastardos. Talvez, por isto, o Brasil é considerado um dos países mais miscigenado que existe. É muito importante lembrarmos que o fator da miscigenação não foi exatamente como o descrito pelo autor de *Casa Grande & Senzala*, o qual afirma:

Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se

gostosamente com as mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora (FREYRE, 2006, p.70).

Como pensar em uma sociedade que teve uma miscigenação harmoniosa com tantas atrocidades já descritas em documentos oficiais e obras de pesquisadores? Podemos dizer que é complexo o que descreveu Freyre (2006), pois parece um processo tranquilo, como se todos os casamentos fossem consentidos e escolhidos amorosamente, mas, nas entrelinhas, há os sequestros das mulheres indígenas em suas tribos e os de mulheres negras em solo africano que as transformaram em objetos sexuais, há a separação brusca de famílias inteiras africanas e há, por fim, os estupros, muito presentes nesta época de escravidão e de desbravamento de terras brasileiras.

Quando pensamos que, em algumas nações na África, não se faziam separações de mulheres e homens, embora valorizassem a essência da mulher, por esta ter o poder de gerar e perpetuar suas origens, entendemos as crueldades que essas mulheres sofreram ao chegar em solo brasileiro. Pensando em religiões predominantemente africanas que enaltecem, cultuam e valorizam o ventre materno, este sagrado foi retirado de seu cotidiano, mas não de sua essência, tanto que até os dias de hoje – século XXI – muitas entidades religiosas de origem africana são lideradas e conduzidas por mulheres, enquanto algumas religiões monoteístas, por exemplo, o judaísmo, o cristianismo e o próprio islamismo, só são lideradas por homens.

Sobre a segunda fase do Islã no país, que ocorreu no momento do acolhimento por abertura de fronteiras para povos que fugiam da Primeira Guerra Mundial, também há poucos dados. Esses poucos revelam que entraram 84.720 refugiados no país: portugueses, italianos, espanhóis, seguido dos alemães e árabes - libaneses e sírios em sua maioria (os dados não são separados por gênero e etnia). O Brasil, naquele momento, via-se em período de ascensão industrial e buscava mão-de-obra qualificada para terras agrícolas (MENEZES, 2018).

A terceira fase do Islã em terras brasileiras consiste, de fato, na conversão – reversão – de mulheres brasileiras. O termo *reversão* foi retirado da obra de Barbosa (2017) mas talvez o mais adequado, neste momento, quando nos referimos às pessoas que deixaram sua antiga fé, é dizer “mudaram para o Islã”. Sobre mulheres – sem recorte étnico – Barbosa (2017, p.92) afirma: “é comum a acusação que algumas meninas se reverterem ao Islã em busca de um casamento com um estrangeiro, de preferência árabe. Há uma ilusão por parte dessas meninas de que, no meio islâmico, os homens são ricos, imagem esta também construída”.

Este fato que a autora destaca pode-se atribuir, por exemplo, à mídia televisiva ou até à *internet* que, muitas vezes, mostra que homens árabes são ricos (quando nem todos são), que enchem suas mulheres de ouro e que depois darão presentes às famílias das mulheres como poços de petróleo após o casamento.

Nestas conversões e reversões nota-se a busca pelo sagrado, pela cura da alma, pela cura de diversos males espirituais e psicológicos que o dia a dia submete pessoas de todas as camadas sociais. Devido a isso, cada vez mais seguidores e adeptos das diferentes religiões instaladas em terras brasileiras são pauta de estudos e estatísticas. Segundo Zaia, as principais características encontradas na população muçulmana residente no Brasil são: “[...] predominantemente urbana, masculina e de cor branca [...]. Inserem-se nas camadas média e alta da sociedade. Não encontram impedimentos raciais, devido à semelhança de traços físicos com a maioria das camadas médias e altas do país (ZAIA, 2006, p. 80).

Podemos acrescentar que uma nova geração de imigrantes, refugiados e convertidos ao Islã ocupam os espaços brasileiros. Estima-se que mais de 1,5 milhões de muçulmanos estão de norte a sul do país. Dados mostram que 20 *sheiks* já falam português e alguns são brasileiros, tudo isto para fazerem os cultos e reverterem mais fiéis. Existem 115 espaços entre mesquitas, salas de orações e instituições. Como destaque tem-se a Mesquita inaugurada na favela Cultura Física, em Embu das Artes, na grande São Paulo, em 2016⁷.

Com isto, no intento de abordar o tema mulheres muçulmanas e mulheres negras muçulmanas, vemos que há pouquíssimos relatos ao longo da história brasileira. Novamente ressaltamos: o extenso Brasil ainda carece de pesquisas sobre mulheres negras que seguem o Islã.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na epígrafe deste trabalho, disposta na introdução, trazemos um trecho de uma conversa da autora Ayaan Hirsi Ali com sua avó. Sem muito esforço, ela disse quem foram seus antepassados e descreveu sua árvore genealógica de 300 anos. Esta autora nasceu e foi criada em lar muçulmano na Somália, na África. Hoje, ela é considerada, por alguns, ateuista.

Se pensarmos na população afrodescendente brasileira, é obvio que não daremos o endereço exato de nossos antepassados, como feito pela autora, mas resgatar a formação deste

⁷ Mais informações podem ser obtidas em http://www.mesquitabrasil.com.br/noticia_completa.php?id=8005F28A91BFD3F27E73A1B548A085BA&id_ca teg=4.

país com a contribuição dos africanos e, posteriormente, de seus descendentes, é de grande valia para gerações futuras.

Durante todo o trabalho algumas informações se repetem e isto é decorrente da falta de dados sobre a população negra muçulmana que habita o Brasil desde 1532. Há pouco interesse, inclusive de historiadores, sobre essa população que tanto contribuiu para nossa construção social, econômica, cultural e religiosa. Segundo Clovis Moura (1992, p.33), “a manutenção do tal capitalismo que conhecemos se dá pela exploração acentuada e contínua destes povos que foram escravizados em solo brasileiro, e também não foi pacífica, teve revoltas devido à tamanha crueldade que os africanos sofriam”. Nas palavras do autor:

O negro não apenas povoou, mas ocupou os espaços sociais e econômicos que, através do seu trabalho dinamizavam o Brasil. No entanto esse fato não contribui em nada para que ele consiga um mínimo dessa renda em proveito próprio. Pelo contrário. Toda essa produção é enviada para o exterior, e os senhores de escravos ficam com todo o lucro da exportação e comercialização (MOURA, 1992, p. 33).

Homens e mulheres negros africanos e afrodescendentes de todos os cantos do país sentiam a perversidade na alma e no corpo deste sistema que imperava. Alguns com a fé Islâmica são pouco retratados nos documentos oficiais deste país. Entendemos que a fé, as crenças e os ritos dos negros foram proibidos de serem demonstrados, pois a religião oficial brasileira era o cristianismo católico-judaico. Por isso, todas as outras religiões, principalmente do Continente Africano, foram, por muito tempo, silenciadas. Os meios de comunicação, muitas vezes, mostram-nos somente um lado das diversas religiões que existem no Brasil e no mundo. Inúmeras vezes não aprofundam suas matérias sobre a religião relatada e geram suposições em torno destas por parte da população que tem nesses veículos, sobretudo na televisão e internet, uma fonte de informação.

Quando pensamos nas religiões de matriz africana e nos meios de comunicação de massa, como já descrito, o que chega na maioria dos lares é que estas religiões são regidas por rituais e sacrifícios animais, com invocações de seres que, para a grande maioria, são perversos e castradores. Não escapamos das perversidades que também disparam em torno dos cristãos – tanto católicos como evangélicos –, como se todo padre e freira fizessem parte de uma rede de pessoas com vidas promíscuas ou que seus adeptos não tivessem compromisso com a fé e o sagrado. Assim estende-se a visão também aos cristãos evangélicos, como se uma grande maioria deles não fosse capaz de opinar sobre suas escolhas, ou como se todas as igrejas

só tivessem interesse no dinheiro dos fiéis. Tudo isto pode acontecer e não podemos ser cegos para estas coisas reais praticadas por pessoas de todas as instituições religiosas.

O radicalismo em relação à religião islâmica não é diferente. Liga-se essa religião sempre ao extremismo, ao terrorismo, à xenofobia, como se todos muçulmanos participassem destes eventos. O fato é que o Islã está presente no Brasil desde a fundação desta pluricultural nação, e pouquíssimo falamos destes homens e mulheres, vindos na época colonial, e que deixaram e cravaram suas histórias em solo brasileiro. Eles, donos de um sistema de organização social e religiosa, mudaram o cenário da ex-capital do país Salvador-BA e levaram este modo de ser a vários outros lugares deste país, importaram-se com suas vestimentas e usaram peças que lembravam suas terras africanas, faziam suas orações segundo os preceitos e ensinamentos trazidos de suas terras e misturavam seus idiomas ao imposto pelos portugueses em território nacional. A religião Islã ainda cresce no Brasil e nunca deixou de estar presente em solo nacional.

Quem dera os seguidores de Alá – homens e mulheres negros – fossem lembrados como um povo que tinha organização política, social, econômica, fé e crenças em terras ocupadas por cristãos e que lideraram revoltas significativas para que os seus descendentes num futuro pudessem viver com liberdade em terras brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALI, Ayaan H. **Infel** - a história de uma mulher que desafiou o Islã. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ALVES, Rubens. **O que é religião**. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

BARBOSA, Francirosy Campos. **Performances islâmicas em São Paulo** – entre arabescos, luas e tâmaras. São Paulo: Terceira Via, 2017.

BBC BRASIL. **'Véu também é liberdade'**: a vida de uma muçulmana feminista no Brasil. Autora: Ingrid Fagundez. 9 set. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37314057>. Acesso em 20 abr. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **Refugiado em números – 3ª edição**. s/d.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e Escrava**. Uma Introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. 1.e.d. Curitiba: Appris, 2012.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. 1. ed. Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF, 2005.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 04 fev. 2019

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011.

MENEZES, Lená Medeiros de. Refúgio no Brasil no pós-segunda guerra: a Ilha das Flores como lugar de acolhimento e representação do paraíso. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 03, n. 07, p. 109-125, jan./abr. 2018.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala – Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**. 5ªed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas especiais, línguas secretas, na África e no Brasil. **Revista ANPOLL**, n. 4, p. 185-201, 1998

PETTER, Margarida Maria Taddoni. **Introdução à Linguística Africana**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

POLI, Ivan da Silva Poli. **Paidéia Negra – A nova pedagogia dos Orixás**. São Paulo: Editora Terceira Margem, 2016.

RAMOS, A. O negro brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise. **Rev. Latinoam. Psicopatol. Fundam.** v.10 n.4 São Paulo Dec. 2007

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. 13. ed. São Paulo. Editora Schwarcz S.A, 2013

RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto. NEGROS ISLÂMICOS NO BRASIL ESCRAVOCRATA. **Revista USP**, n. 91, p. 139-153, 30 nov. 2011.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil. A história do Levante dos Malês em 1835**. 3ª Ed. Companhia das Letras: São Paulo, 2012.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Síntese da coleção – História Geral da África – Pré-história ao século XVI**. Brasília, DF: UNESCO/MEC/UFSCar, 2013.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Síntese da coleção – História Geral da África – Século XVI ao século XX**. Brasília, DF: UNESCO/MEC/UFSCar, 2013.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Fluxo e Refluxo. Do tráfico de escravo entre o golfo do Benin e a Bahia de todo o santo do século XVII e XIX**. 4.e.d. Salvador: Corrupio, 2002

ZAIA, Márcia Cristina. **O véu não cobre pensamento.** Imigrantes muçulmanos em São Paulo. São Paulo: Editora da PUC/SP, 2006.